

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL: DIFICULDADES E DESAFIOS NO ÂMBITO DA SAÚDE

José Roberto Faustino De Couto¹
Ricardo Damião Dos Santos²
Maynara Barbosa Silva³
Thainá Eminin Da Silva Brito⁴
Hellen Jaciara Mota Vidal Duarte⁵

INTRODUÇÃO

Quando pensamos na vida é uma lógica linear direcionada a morte, na qual nem sempre o ser tem o privilégio de contemplar a velhice. Onde é um processo contínuo e irreversível que pode ser compreendido de duas formas, positivo ou negativo dependendo do ser, na qual as percepções sobre essa etapa da vida é algo subjetivo, sendo influenciadas pelas vivências e pelo contexto no qual o sujeito é inserido e o seu antepassado. (SOARES; JUNG, 2016).

O envelhecimento é uma condição eminente e universal a todos os seres vivo, no qual sucede em diferentes momentos na vida e sociedade, refletindo sobre os mesmos, influências genéticas, sociais, históricas e psicológicas adquiridas ao longo de sua existência. Por outro lado, é preciso ser levada em consideração as alterações ocorridas em dimensões morfológicas, fisiológicas, psicológicas e bioquímicas, que de alguma maneira atuam como fatores determinantes na vida das pessoas, podendo levar a alterações visíveis nos sistemas que integram o corpo humano. (RIBEIRO; PIRES, 2011).

Com o olhar direcionado ao ser idoso na década de 70 foi implementada a aposentadoria destinada aos trabalhadores rurais. Mas o arcabouço legal direcionada a pessoa idosa teve início a partir da Constituição Federal em 1988, e ampliada pela política nacional do idoso (PNI), lei de nº8.842 de 1994 que reitera o dever da família, sociedade e estado assegurando os direitos sociais do idoso. A PNI é regulamentada pelo decreto de nº1948 de 1996, no qual assegura direitos sociais a pessoa idosa, promovendo autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, incluindo direitos à saúde nos diversos níveis de atendimento ao sistema único de saúde (SUS). (FERNANDES; SOARES, 2012; BATISTA; ALMEIDA; LANCMAN, 2011).

Pouco mais tarde em 1999 por meio da portaria de nº 1395/GM, foi criada a política de saúde do idoso, priorizando a promoção do envelhecimento saudável. Em 2003 é formulada a lei nº10.741 na qual cria o estatuto do idoso, com objetivo de assegurar facilidades e oportunidades para preservação da saúde física e mental, aperfeiçoamento moral, espiritual, intelectual e social do idoso. Diante da portaria de nº2.528/2006 foi aprovada a política de saúde da pessoa idosa, com finalidade de manter, recuperar e promover a autonomia dos idosos. (FERNANDES; SOARES, 2012).

¹ Graduando do Curso de enfermagem da Uninassau - CG, jfaustinodecouth@gmail.com;

² Graduando do Curso de enfermagem da Uninassau - CG, ricardodamiao256@gmail.com;

³ Graduando do Curso de enfermagem da Uninassau - CG, maynarasilva200@hotmail.com;

⁴ Graduando do Curso de enfermagem da Uninassau - CG, thainareminin1@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Professora, Uninassau - CG, hellenagra@gmail.com.

No Brasil é considerado idoso pessoas que possuem 60 anos ou mais, na qual em 2010 essa população ultrapassou os 19,6 milhões, devendo atingir 41,5 milhões em 2030 e espera ultrapassar os 73,5 milhões de idoso em 2060, com esses dados é legível notar um fenômeno social do aumento acelerado do envelhecimento populacional que acontece em países em desenvolvimento. (MACHADO; 2018).

O envelhecimento acelerado da população brasileira está relacionado a tais fatores, mortalidade e fecundidade, pois seus parâmetros estão reduzindo simultaneamente ao passar do tempo de forma acelerada, e conseqüentemente o aumento da expectativa de vida, no qual esse desfecho de eventos é designado de transição demográfica. (OLIVEIRA et al., 2014).

Embora a legislação brasileira relativa ao cuidado da população idosa seja bastante avançada, a prática ainda é insatisfatória, pois implica em prover adequadamente à demanda para as necessidades crescente da população que envelhece e proporcionalmente ficam mais desprovidos de saúde, cuja proposta da PNI deveria contemplar suas especificidades. (FERNANDES; SOARES, 2012). De maneira divergente do Brasil, na Europa o processo de transição etária ocorreu de modo prolongado, concomitante com o desenvolvimento social e econômico, de modo que seus desafios ainda não foram totalmente superado, na qual o maior desafio é converter a sociedade de forma a ser justa para todas as idades. Mas em relação ao Brasil na qual desde os primórdios é notório suas desigualdades, tanto de renda quanto de serviços notavelmente impertinente, como nosso país vai lidar com as dificuldades que á décadas vem lutando e agora para completar o desfecho, tem o broblema do processo de transição demográfica. (WONG; CARVALHO, 2006).

Wong e Carvalho (2006) afirma que os serviços de saúde são direcionados principalmente para a saúde materno-infantil, reprodução e para lidar com as doenças infecciosas, com a transição demográfica, concequentemente a epidemiológica também foi desencadeada, no qual o Brasil deve reconfigurar e direcionar suas políticas de saúde para o novo perfil epidemiológico, onde as doenças crônicas se escancara acarretando incapacidade funcional a essa população. Segundo Varas (2012), o país deve se imobilizar para as doenças crônicas não infecciosas, que exige adequações sensatas das políticas públicas. Na qual muitos se encontra aderiva em hospitais, com dificuldades até pra conceguir um leito e permanecer no meio dos corredores super lotados, disprovido de esperança e desmotivados, se perguntado o que devem ter feito pra está passando por tamanha humilhação. Por outro lado os “políticos” são desconhecedores de uma simples fila para um acesso a saúde pública, porque os serviços no qual eles regem, não são regidos para suas famílias e ao menos para eles, a população banca e propociona planos de saúdes.

Devido a incapacidade funcional e ao processos degenerativos crônicos que distende na população idosa, é notório a demanda de recursos e cuidado mais prevalente que necessita de grandes investimentos econômico para dá suporte a esses transtornos, pois essa contra partida hoje com o perfil etário da população já é um desafil para as políticas públías, na qaual o problem está cada dia se estendendo mais com o processo acelerado do envelhecimento humano, onde é notório a necessidade de reconfiguração para esse setor, com o intuito de prevenir ou ao menos atenuar o desamparo das gerações mais velha. (WONG; CARVALHO, 2006).

Para Borges e Vargas (2013), a internação é uma experiência desagradável para qualquer pessoa além do mais quando se trata de pessoas idosas, uma vez que, há uma grande exigência de mudanças nos seus hábitos de vida, bem com o distanciamento de familiares, amigos e objetos pessoais. Considerando que eles apresentam maior incidência no número de internações e longa duração, o mesmo pode acarretar alguns conflitos importantes de ser destacados, tais como, a restrição ao leito; falta de estímulo para atividades físicas e mentais; dificuldade para adaptar-se ao novo ambiente, devido às alterações visuais e auditivas,

essencialmente; procedimentos diagnósticos e terapêuticos, possivelmente invasivos; estresse inerente à enfermidade; afastamento dos laços religiosos ou culturais; sensação de proximidade da morte e medo da doença que está manifestada.

Devido ao desgaste ocasionado pelo processo de envelhecimento, o organismo apresenta de forma generalizada um decréscimo de suas capacidades; resultando em fragilidades biológica, social, econômica e espiritual, consideradas propícias para tornar os idosos mais susceptíveis às doenças e à internação hospitalar. É frequente nos idosos e pode requerer internações custosas, além de técnicas complexas, a manifestação de doenças crônicas como, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus, artrites, afecções cardiovasculares, acidente vascular encefálico, demências e afecções neoplásicas, entre outras, justificando o elevado número de ocupação de leitos hospitalares por pessoas acima de 60 anos. (BORGES; VARGAS, 2013).

A relevância do tema abordado relaciona-se ao avanço científico e social, voltado para as políticas que concede um envelhecimento adequado. Voltado para identificar as dificuldades e desafios no âmbito da saúde do idoso no contexto da transição demográfica. As principais vantagens e benefícios que poderão advir desta pesquisa é investigar as afabilidades volvida para a saúde direcionada ao idoso, no processo de transição demográfica, bem como prover que essas políticas contemplem suas especificidades e também fazer com que os gestores se policiem e se retifiquem.

As políticas de saúde designadas a população idosa do Brasil encontram-se habituada e preparada para enfrentar a transição demográfica, facultando “saúde” oportuna a essa faixa etária?

METODOLOGIA

Nesse projeto foi inserido uma proposta metodológica qualitativa de pesquisa bibliográfica, para que pudesse investigar as políticas de saúde voltada para o idoso em meio a transição demográfica. O referido estudo teve duração de dois meses durante o período de 2019.1. Para o alcance do objetivo foi realizado um levantamento bibliográfico através das bases de dados Google Acadêmico, Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), utilizando os seguintes descritores: idoso, saúde, políticas e envelhecimento, que conduziram a uma amostra de 23.801 artigos.

Desta forma, foram selecionados apenas os que obedecia aos critérios de inclusão que foram: brasileiros (filtrado 23.593 artigos), os publicados no período de 2017 à 2019 (filtrado 2.638 artigos), exclusão por avaliação criteriosa do título (filtrado 6 artigo) com critérios relevantes para a coleta de dados e proceder o desenvolvimento da pesquisa, de forma gratificante com o intuito de contribuir para a sociedade.

DESENVOLVIMENTO

Diante dos eventos mostrados anteriormente com o propósito de explicar o processo etário que vem ocorrendo no Brasil. É oportuna a linha de pensamento de Mendes et al (2018), na qual se desdobra sobre a elaboração de novas tecnologias e as descobertas de novas substâncias farmacológicas que possibilitam o prolongamento da vida confrontando as patologias, conseqüentemente proporcionando o aumento da faixa etária, principalmente para o controle das doenças não transmissíveis.

O perfil dos idosos é uma condição inerente ao processo de envelhecimento da população que tende a crescer. Por meio de um inquérito Santos et al (2018), amplia o conhecimento a respeito da vulnerabilidade social e das condições clínicas de cronicidade evidenciando que os idosos com idade mais avançadas estão mais vulneráveis a exposição de patologias crônicas como HAS, DM, ICC, Hipercolesterolêmica e artrose. Mas as enfermidades não é uma exclusividade da idade avançada, o envelhecimento pode ser saudável se, associadas a ele, forem realizadas ações de promoção da saúde e prevenção de doenças durante todo o percurso da vida da população. (MIRANDA; MENDES, 2017).

Para Souza e Machado (2018) o envelhecimento requer políticas amplas que atenuem o idoso à comunidade, a família e ao seu contexto social. Políticas essas que devem ou deveriam envolver o estado e a sociedade civil, de forma a favorecer o acesso dos idosos aos serviços e recursos, permitindo que se realizem como cidadãos independentes e sejam tratados com dignidades e caráter resolutivos de seus princípios problemas e humanização. Na qual o envelhecimento exige políticas interssetorialidade, tais como saúde, assistência social e direitos humanos, se configurando como um dos maiores desafios para a proteção social e promoção da qualidade de vida dos idosos, na qual suas formulações exigem participação de movimento dessa faixa etária.

Muito importante ressaltar o pensamento de Pinheiro e Areosa (2019), pois afirmam que diante de todas as políticas e métodos com enfoque ao processo etário que vem se evidenciando desde o último século, em nossa sociedade, é preciso apostar na educação das gerações atuais, tanto para ser percalços de sapiência para lidar com as gerações idosas, quanto para si mesmo quando atingir a velhice.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Depois de aplicado os critérios de inclusão e exclusão foram obtidos uma amostra de 6 artigos, na qual foram relatados de modo escrito e ordenado por título, revista, autores/anos, e por último delineamento do estudo, divididos em três grupos, conforme as bases de dados na qual foram extraídos.

Google acadêmico:

- Título; O Aumento da População Idosa no Brasil e o Envelhecimento nas Últimas Décadas. Revista; REMAS - Revista Educação, Meio Ambiente e Saúde, v.8. Autores e ano; MENDES, et al 2018. Delineamento do estudo; revisão narrativa de literatura.
- Título; A Importância de Políticas Públicas Para Idosos. Revista; Barú-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, v. 4. Autores e ano; PINHEIRO, AREOSA, 2019. Delineamento do estudo; revisão narrativa de literatura.
- Título; Perfil de saúde de idosos muito velhos em vulnerabilidade social na comunidade. Revista; Cuidarte, v. 9. Autores e ano; SANTOS et al 2018. Delineamento do estudo; estudo de corte transversal.
- Título; Governança, interssetorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Revista; Ciência & Saúde Coletiva, v. 23. Autores e ano; SOUZA, MACHADO, 2018. Delineamento do estudo; análise.

BIREME:

- Título; Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. Revista; Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 21. Autores e ano; MIRANDA,MENDES,SILVA,2017. Delineamento do estudo; exploratório e explanatório do tipo quantitativo e qualitativo.

SCIELO:

- Título; Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. Revista; Ciência & saúde coletiva, v. 23. Autores e ano; VERAS,OLIVEIRA, 2018. Delineamento do estudo;análise crítica.

Todos os autores abordados no atual estudo relatam a fundo o processo da transição demográfica, no qual ocorre de forma acelerada devido o Brasil ser um país em desenvolvimento. Miranda, Mendes e Silva (2017) relatam que esse processo traz e trará demandas específicas, exigindo respostas oportunas a desigualdades que precisa de enfrentamento. No entanto Mendes et al (2018) e Varas, Oliveira (2018) afirma que é necessária reorganização, repensar e planejar o país direcionado ao crescimento da população geriátrica.

Tanto Santos et al (2018) quanto Pinho e Areosa (2019) afirmam que a legislação por si só não é capaz de assegurar a efetivação de todos os direitos previsto nos marcos constitucionais legais, para o último é preciso se atentar para formulação, implementação e avaliação de ações concretas que possibilite o exercício da cidadania volvida ao idoso, e que não apenas o estado, mas também a população se imobilize.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário do envelhecimento populacional na qual o Brasil está imerso, é factível as dificuldades e desafios no âmbito da saúde, onde a transição etária acarretou modificações do perfil epidemiológico, no qual esse novo perfil precisa ser trabalhado a longo prazo usando estratégias de promoção, prevenção e cronicidade das doenças, direcionada a população como um todo, e não direcionadas apenas para a saúde materno-infantil.

Para concluir suponho que não há necessidade de síntese de novas políticas para consumir ou amenizar o devido problema aqui mencionado, mas se os brasileiros em especial a população idosa tivesse o privilégio de subsistir em um país na qual suas legislações realmente fossem impostas, o envelhecer com autonomia e qualidade de vida adequada não seria algo tão preocupante e desafiador. Portanto, as políticas voltadas e direcionada a essa faixa etária precisa ser realmente aplicada na prática, e não apenas um aglomerado de leis, portarias, decretos, estatutos que não passa do papel e da teoria.

Palavras chave: Envelhecimento; Idoso; Políticas; Saúde.

REFERÊNCIAS

SOARES BULSING, Raquel; JUNG, Simone Isabel. Envelhecimento e morte: percepção de idosas de um grupo de convivência. Psicologia em Estudo, v. 21, n. 1, 2016.
RIBEIRO, Ana Paula; PIRES, Vitória Augusta Teles Netto. Atuação do enfermeiro da estratégia saúde da família na atenção à saúde do idoso. Revista Enfermagem Integrada – Ipatinga: Unileste-MG - V.4, N.2 , p.779 -792,.: PIRES.

DE OLIVEIRA FERNANDES, Maria Teresinha; SOARES, Sônia Maria. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, 2012.

BATISTA, Marina Picazzio Perez; DE ALMEIDA, Maria Helena Morgani; LANCMAN, Selma. Políticas públicas para a população idosa: uma revisão com ênfase nas ações de saúde. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 22, n. 3, p. 200-207, 2011.

MACHADO, Ana Carolina Bernardes. Concentração de cortisol salivar, saúde bucal e qualidade de vida de idosos. 2018.

OLIVEIRA, Nicácia Souza et al. Percepção dos idosos sobre o processo de envelhecimento. Id onLine Revista multidisciplinar e de psicologia, v. 8, n. 22, p. 49-83, 2014.

DE OLIVEIRA FERNANDES, Maria Teresinha; SOARES, Sônia Maria. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, 2012.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, José Alberto. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. RevBrasEstudPopul, v. 23, n. 1, p. 5-26, 2006.

PEIXOTO VERAS, Renato. Um modelo em que todos ganham: mudar e inovar, desafios para o enfrentamento das doenças crônicas entre os idosos. Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences, v. 34, n. 1, 2012.

BORGES, Hellen Almeida; VARGAS, D. R. M. As dificuldades encontradas pelo idoso hospitalizado sem acompanhante. Rev Científica ITPAC (Araguaína), v. 4, n. 3, 2013.

MENDES, Juliana Lindonor Vieira et al. O Aumento da População Idosa no Brasil e o Envelhecimento nas Últimas Décadas: Uma Revisão da Literatura. REMAS-Revista Educação, Meio Ambiente e Saúde, v. 8, n. 1, p. 13-26, 2018.

SANTOS, Vanei Pimentel et al. Perfil de saúde de idosos muito velhos em vulnerabilidade social na comunidade. Revista Cuidarte, v. 9, n. 3, p. 2322-2337, 2018.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 21, p. 309-320, 2017.

SOUZA, Michele Souza; MACHADO, Cristiani Vieira. Governança, intersetorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 3189-3200, 2018.

PINHEIRO, Osvaldo Daniel; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS. Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, v. 4, n. 2, p. 183-193, 2019.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. Ciência & saúde coletiva, v. 23, p. 1929-1936, 2018.